



PERDÃO, LEITORES:
A CRÍTICA AO REGIME MILITAR NAS PÁGINAS DO COOJORNAL

Rozana Ellwanger¹

Veridiana Pivetta de Mello²

RESUMO: Em 1974 surgiu em Porto Alegre a primeira cooperativa jornalística do país (Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre - Coojornal), responsável pelo maior jornal alternativo gaúcho editado durante o regime militar. Utilizando-se a metodologia Análise de Discurso foi possível observar que a seção opinativa *Perdão, leitores*, apesar de ter como objetivo oficial analisar a atuação da imprensa, foi utilizada como forma de o *Coojornal* realizar críticas políticas sem confrontar diretamente o governo.

PALAVRAS-CHAVE: *Imprensa alternativa; Jornalismo Opinativo; Análise de Discurso; Coojornal.*

1 Jornalista, bacharel em Comunicação Social Habilitação Jornalismo pela Universidade de Santa Cruz do Sul, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc).

2 Jornalista, bacharel em Comunicação Social Habilitação Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), professora do curso de Comunicação na Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc).

Introdução

Durante os 21 anos do regime militar brasileiro, instaurado em 1964, surgiram centenas de publicações alternativas em todo o país. Apenas em Porto Alegre, recorda Rosa (2005), circularam mais de 20 periódicos alternativos no período. Estes jornais e revistas gaúchos, segundo Strelow (2005), tiveram menor impacto e alcance do que as editadas no centro do Brasil. A exceção foi o *Coojournal*, reconhecido como um dos mais importantes alternativos da época no Rio Grande do Sul não só pela sua qualidade, mas porque foi a principal publicação da primeira cooperativa de jornalistas do país, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre (Coojournal).

COOJORNAL foi não só a maior cooperativa de jornalistas jamais formada no Brasil, como também o primeiro projeto de organização jornalística ampla que adotou a doutrina cooperativista como fundamento de sua atividade e procurou adaptá-la a uma práxis jornalística. (KUCINSKI, 1991, p. 64)

A Coojournal, fundada em agosto de 1974, consolidou-se editando publicações para terceiros e passou a publicar um boletim interno, homônimo à cooperativa. Um ano após a primeira edição, a publicação foi transformada em jornal mensal voltado ao grande público. Segundo vários autores, como Chinem (1995) e Kucinski (1991), o *Coojournal* foi o único jornal alternativo fora do eixo Rio-São Paulo com expressão nacional. De acordo com Kucinski (1991, p. 90), no seu auge o *Coojournal* alcançou tiragem de 35 mil exemplares por edição, distribuídos em todo o Brasil. No período *O Pasquim*, usualmente considerado o maior entre os alternativos, publicava 50 mil exemplares por edição¹. Não há consenso sobre o fim da cooperativa (há quem defenda que acabou devido à crise financeira iniciada ainda nos anos 1970, com pressões do governo sobre os anunciantes, enquanto outros afirmam que a iniciativa fragilizou-se devido a disputas internas), mas a última edição do alternativo gaúcho, a de número 78, foi publicada em março de 1983: uma edição especial para denunciar a prisão dos jornalistas Carlos Rafael Guimarães, Elmar Bones da Costa, Osmar Trindade e Rosvita

¹ Kucinski (1991) afirma que o *Coojournal* tinha 35 mil exemplares em 1975. Entretanto, o jornal só foi lançado em 1976, conforme foi observado no arquivo do jornal disponível no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, de Porto Alegre. Em 1975 ele ainda circulava apenas como boletim interno da cooperativa, o que pode ser confirmado na edição de outubro de 1976, na “Nota do Editor”, que avisa aos leitores que a partir do mês seguinte (novembro de 1976) o boletim passa a ser um jornal voltado ao grande público.

Saueressig, já que o jornal havia deixado de circular na edição bimestral de outubro/novembro de 1982 (HEINZELMANN, 2005).

Quanto à linha editorial, Strelow (2005) diz que o periódico tratava-se de um jornal essencialmente de reportagens. Jorge (1987, p. 167), por sua vez, acredita que o *Coojournal* foi um jornal “de linha democrática”. Rosa (2002) resume as principais características do veículo gaúcho: político, ousado e alternativo, além de afirmar que o periódico utilizava uma linguagem sóbria. Para Mansan (2008, p. 7), era “predominantemente político, assumidamente de oposição, mas que procurava tratar também de temas vinculados a cultura, economia e sociedade”. Enfim, o “jornal era político, mas não partidário” (ROSA, 2002, p. 134). Segundo o então editor do *Coojournal*, Elmar Bones na Costa, em nota publicada na primeira edição como jornal voltado ao grande público, a publicação manteria:

a sua principal característica que é dar uma atenção especial à imprensa, entendida como o conjunto dos meios de comunicação de massas. A razão é simples: paradoxalmente, há poucas áreas neste país sobre as quais se tem tão poucas informações como a imprensa, apesar de ter-se tornado moda falar dela nestes últimos tempos. (COSTA, 1976, p. 2).

3

Este tema era tratado claramente na seção opinativa analisada, intitulada *Perdão, leitores* e assinada por Luiz Cláudio Cunha. No espaço, o jornalista fazia críticas à imprensa, o que caracteriza o *media criticism*, conforme Mendes (2002). Entretanto, tais textos eram pretextos para falar de política indiretamente, evitando assim confrontos com o governo. Por isso, o objetivo da pesquisa que originou o presente trabalho foi mostrar como a crítica política era feita na coluna *Perdão, leitores*. Para tanto, optou-se pela metodologia Análise de Discurso para analisar um corpus composto por 11 textos selecionados entre as dez primeiras edições do *Coojournal* como publicação voltado ao público externo. Destes, selecionou-se quatro para o presente texto. O critério de escolha foi o tema: optou-se por textos que abordassem a atuação da mídia, para buscar identificar neles traços de crítica ao regime militar.

O discurso como construção de sentidos

Para entender como Luiz Cláudio Cunha opinava sobre política na seção,

aparentemente destinada à análise da imprensa, utilizou-se conceitos fundamentais da Análise de Discurso, através da qual é possível apropriar-se do discurso como “seu objeto próprio” (ORLANDI, 2001, p. 17). A Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Por isso, ao invés de atravessar o texto para encontrar um sentido, busca responder à questão: como este texto significa? (ORLANDI, 2001). A linguagem é concebida “como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. [...] Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade” (ORLANDI, 2001, p. 15). Estudar o discurso no jornalismo torna possível incluir o sujeito e a história nas reflexões sobre a prática (BERGER, 1998).

A metodologia baseia-se na possibilidade de diferentes leituras sobre o mesmo discurso. Além da contextualização sobre o momento da emissão, é preciso considerar que aquilo que poderia ter sido dito e não foi também é significante. Como diz Martins (2005), as palavras sempre escondem mais do que revelam. “Daí a importância de enxergar o não-escrito escondido no escrito, o não-dito camuflado no dito” (MARTINS, 2005, p. 108). Mas não cabe ao analista avaliar todo o universo de expressões que não foram ditas, apenas os “não-ditos” relevantes para a situação significativa analisada (ORLANDI, 2001).

Para uma análise discursiva, o primeiro passo do analista deve ser desfazer a ilusão de que o que foi dito só poderia ter sido dito daquela maneira. Cabe mostrar que no dizer se relacionam o que foi dito, o não-dito e o que poderia ter sido dito, por exemplo. “Na segunda etapa, a partir do objeto discursivo, o analista vai incidir uma análise que procura relacionar as formações discursivas distintas [...] com a formação ideológica que rege essas relações” (ORLANDI, 2001, p.78). Ou seja, ao analista de discurso cabe perceber um possível sentido no discurso, em um universo de inúmeros sentidos possíveis, com base no reconhecimento das condições de produção do enunciado.

Elogios a quem combateu a censura

Uma das primeiras medidas tomadas pelos militares após o golpe de 1964 foi a instauração da censura. Barbosa (2007) recorda que os veículos eram pressionados

através de recados enviados às redações e da censura prévia, quando censores do governo examinavam tudo o que seria publicado antes de sua veiculação. Por causa das ameaças, da repressão e de atitudes arbitrárias do governo, muitos meios de comunicação deixaram de criticá-lo, temendo represálias. Parte da grande imprensa passou a realizar autocensura (BARBOSA, 2007), pois no período era até mesmo perigoso contrariar as determinações do regime militar. Por isso, aqueles que o faziam eram exaltados. É o que faz Luiz Cláudio Cunha na coluna *Perdão, leitores* de janeiro de 1977, edição número 12 do jornal (ANEXO A). No texto intitulado “O jornal que enfrentou a Esso”, ele recorda a história do *Diário de Notícias*, exaltando o fato de o periódico ter defendido o fim da censura em diversas ocasiões.

A frase que inicia o texto demonstra que o jornal já vinha regredindo há bastante tempo: “Já vai para dois meses que o *Diário de Notícias* do Rio faleceu, depois de prolongada agonia”. A agonia (termo que remete a uma idéia de doença, de flagelo) a que se refere o jornalista não é propriamente a censura, mas sim um processo que se iniciou após a morte do seu proprietário, Orlando Dantas. Após, seu filho João Dantas assumiu a direção do veículo. Resgatando brevemente a história do veículo, Cunha faz apologia à postura por ele adotada em momentos tensos da vida política brasileira. Percebe-se isso no trecho “na sua melhor época cultivou alguns princípios hoje completamente esquecidos pela maioria dos jornais brasileiros”. Apesar de não esclarecer quais seriam esses “princípios”, os mesmos podem ser identificados na seqüência do texto.

A primeira marcação que indica o reconhecimento de Cunha ao fato de o *Diário de Notícias* ser contra a censura pode ser identificada no trecho: “Foi fundado em junho de 1930 por Orlando Dantas e até a queda do Estado Novo em 1945 foi o único jornal carioca que se recusou a receber verbas do Departamento de Imprensa, o DIP”. Durante o Estado Novo, o DIP era o responsável pelo controle da imprensa e, conseqüentemente, pela censura. De acordo com Sodré (1999, p. 381), era o órgão que “controlava a imprensa e o rádio e baixava listas de assuntos proibidos”. O trecho demonstra, então, que o jornal era contra a censura, pois sequer aceitou verbas do órgão responsável por ela. O fato é exaltado por Cunha, que afirma ter sido este “o único jornal carioca” que recusou verbas do órgão governamental de controle da imprensa. A admiração a esta

postura contra a censura adotada pelo *Diário de Notícias* ocorre novamente no trecho em que Cunha lembra que, ao lado do *Correio da Manhã*, o jornal “moveu uma implacável campanha contra a ditadura de Vargas suportando uma censura violenta e a todas as pressões a que os outros sucumbiam”. O jornal agiu, portanto, como um paladino da luta pela liberdade, já que foi o responsável por uma campanha classificada como “implacável” contra um regime autoritário. Além disso, o veículo suportou “uma censura violenta e a todas as pressões a que os outros sucumbiam”. Ou seja, o *Diário de Notícias*, por ter confrontado a ditadura de Vargas, é tratado pelo autor da *Perdão, leitores* como um herói, um exemplo a ser seguido.

Voltando à expressão do início do texto, que afirma que o *Diário de Notícias* “cultivou alguns princípios hoje completamente esquecidos pela maioria dos jornais brasileiros”, pode-se considerar que os princípios não explicitados no início do tópico publicado na *Perdão, leitores* são aqueles que moveram o veículo a enfrentar o regime ditatorial de Vargas. Com isso, Luiz Cláudio Cunha pretende dizer que esta é a imprensa ideal: a que enfrenta a ditadura. Já a postura ideal do jornalismo como defensor do povo é explicitada no texto por Cunha, ao recordar que o *Diário de Notícias* foi a favor da campanha pelo monopólio do petróleo desencadeada por Getúlio Vargas em 1951. De acordo com o jornalista, o periódico foi a favor “por considerar a medida de interesse do país”. Ou seja, o jornal trabalhava em prol do Brasil, e conseqüentemente do povo, com tal afincamento que comprometeu seus anúncios ao recusar propagandas da New Jersey Standard Oil. Tudo isso para apoiar uma campanha que seria benéfica ao país, já que o jornal sacrificou uma de suas fontes de renda publicitária para apoiar uma medida que acreditava ser benéfica para o Brasil. Desse modo, Cunha constrói um discurso de exaltação àqueles que se opõem ao regime militar. Logo, mostra-se contra tal forma de governo.

Quando a censura vence o jornalismo

Um dos mais importantes veículos da imprensa alternativa durante o regime militar foi o semanário *Opinião*, uma das muitas publicações que sofreram com a censura prévia. Conforme Machado (1978), o material que seria publicado passou a ser censurado previamente já no oitavo número do impresso, em 1972, e a intensidade da

censura foi sempre aumentando. “O segundo semestre de 1976 foi assim. Entramos numa fase em que o jornal não podia publicar quase nada. Nem transcrever o que os outros publicavam livremente” (MACHADO, 1978, p. 92). Logo, a direção decidiu suspender sua circulação como ato de protesto, em abril de 1977. E a *Perdão, leitores* registrou o fato, sem perder a chance de utilizar o acontecido para criticar o regime militar e a censura.

A partir da edição número 15, de abril de 1977, os tópicos que compõem o *corpus* a ser analisado foram publicados sem títulos, como acontece com este, que trata do fechamento de Opinião (ANEXO B). Logo no início do texto, Luiz Cláudio Cunha mostra que não acredita que o fim da censura e do regime militar esteja próximo, apesar de o país se encontrar no período de abertura política, instituída pelo presidente Ernesto Geisel. Após revelar que a publicação ficou sem censura por duas semanas, ele emite sua opinião em um trecho entre parênteses: “Duas semanas. Foi o quanto durou a liberdade do semanário Opinião, antes de desaparecer (por um longo tempo, ao que parece) das bancas, corrido pela censura”. O termo “liberdade” é usualmente utilizado como o oposto da censura. Liberdade é o que a sociedade busca, é algo bom; se ela é o antônimo da censura, mais uma vez fica claro que a censura é desaprovada pelo jornalista. Já a expressão “corrido pela censura” remete a uma noção de medo e dominação. A palavra “corrido”, no contexto em que se encontra, trata-se de uma gíria, que remete a uma noção de fuga. Dizer que o jornal foi “corrido pela censura” equivale a dizer que ele fugiu por causa da censura. Ou seja, não agüentando mais enfrentá-la, correu.

Merece atenção o trecho grafado entre parênteses citado acima. Ao afirmar que o jornal desapareceu, o jornalista completa que esse desaparecimento deve ser “por um longo tempo, ao que parece”. O restante da frase dá pistas sobre o porquê da afirmação, como no trecho final, que afirma que o jornal foi “corrido pela censura”. Entretanto, a explicação clara e conseqüentemente a opinião do jornalista sobre o fato só ficam claras ao se relacionar o trecho entre parênteses com outro no final do texto que diz: “Segundo seu editor, Fernando Gasparian, só volta quando acabar a censura”. Se na opinião de Cunha o jornal deve ficar sem circular por um longo tempo e o seu editor afirmou que o mesmo só voltaria a circular com o fim da censura, fica claro que para o autor da

Perdão, leitores a censura está longe de acabar.

Um termo utilizado no texto pelo jornalista chama a atenção. Diz cunha: “Mutilado pelos censores ao longo de quase todos os seus cinco anos de vida, Opinião resolveu resistir: a edição 230, de primeiro de abril, saiu com um selo de *livre* na capa, indiferente à censura. Não aconteceu nada. O número seguinte, porém, foi apreendido”. “Mutilado” remete à crueldade, à guerra, à falta de piedade. Fica ainda o sentimento de covardia de quem mutila para com o mutilado; covardia, então, do regime militar com a publicação. Isso porque o termo “mutilado” remete também a uma noção de perda de partes importantes. Cada texto cortado de *Opinião* seria, portanto, como um membro perdido em uma guerra, na qual o periódico resolveu resistir ao seu inimigo: o regime militar. Isso fica claro com o trecho “Opinião resolveu resistir”.

Evidente no texto é a ideia de que a censura é uma das grandes responsáveis pelo fim das publicações, o que pode ser observado nas últimas frases do tópico. Cunha afirma que o livro-reportagem *Extra* precisa, a partir daquele momento, lidar com outro problema além das dificuldades financeiras e “tem agora um forte motivo para não chegar ao seu quinto número: a censura o classifica como revista, e não como livro, e exige o seu prévio exame”. Um forte motivo para a não continuidade da publicação é a censura prévia. Assim como *Opinião*, o impresso também deve deixar de circular por causa da censura, como diz o trecho seguinte: “É bem provável que morra também”. Já a expressão final (“Sinal dos tempos”) remete a uma certa ironia. Sabe-se que tal expressão faz referência à mudança de costumes, a alterações na sociedade. Em um período de abertura política, em que teoricamente a liberdade deveria estar sendo ampliada rumo à redemocratização, um jornal fecha e outra publicação se vê ameaçada de suspender sua edição por causa da censura, exatamente como ocorre desde que os militares assumiram o poder em 1964 e, com mais intensidade, desde a edição do AI-5, em 1968. Nesse contexto, utilizar uma expressão que denota a noção de “novos tempos” é de uma fina ironia, visando mostrar que, ao contrário do que está dito, não se vive em tempos de mudança, mas sim que tudo continua exatamente igual.

Jogo de palavras

Chinem (2004) recorda que a *Tribuna da Imprensa* foi ocupada por fuzileiros

navais já no dia 1º de abril de 1964, logo após o golpe militar. Foi um dos veículos brasileiros que mais tempo foi mantido sob censura: de outubro de 1968 a junho de 1978 ele foi censurado ininterruptamente. Ou seja, os censores atuaram no impresso durante quase dez anos, tendo acabado apenas quando a censura prévia encerrou-se definitivamente na imprensa brasileira (CHINEM, 2004). Luiz Cláudio Cunha também opinou sobre esse fato, na coluna da edição 16, de maio de 1977 (ANEXO C) utilizando-se de uma citação do diretor do jornal, Hélio Fernandes, pinçada de uma carta enviada por ele à Associação Brasileira de Imprensa: “Aqui nada se publica, tudo se perde, nada se transforma. E agora não se transforma nem se transcreve”. O “jogo de palavras”, como definiu Cunha, visava mostrar que ao contrário dos demais meios de comunicação, a publicação era proibida até mesmo de transcrever textos publicados por outros jornais. A postura da censura em relação à *Tribuna da Imprensa* é classificada pelo autor da *Perdão, leitores* como “mais uma atitude incompreensível dos censores”.

O trecho “mais uma atitude incompreensível” remete a duas noções básicas. Em primeiro lugar, que atitudes sem lógica (ou incompreensíveis) são comumente tomadas pelos censores, que não tratam todos os veículos da mesma maneira. Consequentemente, a expressão remete a uma falta de critério e profissionalismo por parte dos censores, já que não há neles um padrão de atuação. A expressão é um recurso, portanto, para desqualificar a atuação desse grupo, criticando mais uma vez a forma como é feita a censura e mesmo a existência da censura. Já que ela não é profissional, não respeita a critérios lógicos e não trata a todos da mesma maneira, é incompreensível o fato de ela existir. Incompreensível assim como a atitude de barrar a publicação de um texto já veiculado por outros veículos.

A seguir, o jornalista diz que o jornal tem protestado contra tais atitudes por todos os meios possíveis, mas isso não muda o tratamento dispensado a ele nem as dificuldades enfrentadas pela empresa: “O jornal brasileiro mantido há mais tempo sob censura prévia, a *Tribuna da Imprensa* tem protestado por todos os meios, mas seu patrimônio vem sendo gradativamente destruído pelos prejuízos editoriais”. O trecho “mas seu patrimônio vem sendo gradativamente destruído pelos prejuízos editoriais” revela que a culpada por esses prejuízos é a censura, já que apesar dos protestos do jornal, apesar de ele resistir e lutar contra a censura, os prejuízos editoriais continuam

destruindo seu patrimônio. Cunha poderia ter dito que a censura estava matando a *Tribuna da Imprensa* ou que estava levando-a a um inevitável fechamento. Mas, ao contrário disso, preferiu dizer o mesmo de forma menos contundente. Ao invés de dizer que a culpa pela crise do jornal é da censura, ele afirma que apesar de resistir a ela, o jornal está sendo destruído. Entende-se, então, que a única maneira de evitar o fechamento da publicação é fazer com que ela não sofra mais com a censura, já que o mais próximo disso que a publicação conseguiu chegar (protestando “por todos os meios”) não tem dado resultados. Desse modo, a censura estaria determinando o fechamento de mais um jornal, que só poderia continuar existindo com o fim da censura.

Em outro trecho das cartas de Hélio Fernandes, publicadas pelo Boletim de abril da Associação Brasileira de Imprensa, Cunha diz que o diretor da *Tribuna da Imprensa* “fala dos riscos que corre sua empresa e promete resistir: 'Enquanto houver uma possibilidade de manter a empresa e não fechar o jornal, eu continuarei aqui'”. Os riscos a que ele se refere não são esclarecidos, porém, um deles é o risco de fechar o jornal (posição que fica evidente com a citação final, creditada a Fernandes: “Enquanto houver uma possibilidade de manter a empresa e não fechar o jornal, eu continuarei aqui”). Conforme dito anteriormente, o risco de fechar o jornal seria causado pela censura prévia, já que desde 1968 a publicação era censurada antes de cada publicação, o que causava a gradativa destruição do “seu patrimônio [...] pelos prejuízos editoriais”.

Jornalista preso, mídia calada

Os atos institucionais foram mecanismos utilizados com certa frequência pelo regime militar. Além do AI-5, decretado em 1968 e que acabou se tornando símbolo dos anos de chumbo devido às medidas rigorosas por ele impostas (como suspensão das garantias individuais), foram decretados outros atos, que alcançaram menor repercussão. Dois deles foram responsáveis pelo exílio de inúmeros brasileiros: o AI-13 e o AI-14. Eles previam “o banimento e a pena de morte, prisão perpétua e expatriação aplicável à 'guerra revolucionária’” (MOTTER, 2001, p. 91). Um dos brasileiros banidos do território nacional foi o jornalista gaúcho Flávio Tavares, em 1969. No tópico sem título selecionado da edição 19, de agosto de 1977 (ANEXO D), Luiz Cláudio Cunha trata de

sua prisão no Uruguai, ocorrida no dia 14 de julho daquele ano.

O primeiro traço de crítica ao regime militar pode ser identificado ainda no primeiro parágrafo. Ao explicar o porquê de o jornalista ter deixado o país, Cunha diz simplesmente que ele “saiu banido do país, por motivos políticos”. Apesar de não explicitar quais seriam esses “motivos políticos”, considerando a conjuntura política na época, conclui-se que Tavares provavelmente fazia oposição ao regime militar ou foi considerado opositor pelo governo.

A seguir, no mesmo parágrafo, identifica-se o uso de aspas como possível sinalização de ironia. Cunha utiliza o recurso na expressão “atos de espionagem”. Nesse caso, a expressão especifica a acusação feita pelo governo vizinho contra Tavares. Entretanto, como em nenhum momento Cunha esclarece se a expressão foi retirada de algum comunicado do governo uruguaio ou de uma declaração de autoridades, não se pode afirmar com certeza que se trata de uma citação. A conclusão que se chega é que a expressão foi utilizada entre aspas para repassar ao leitor a insinuação de ironia, de que a acusação é apenas uma justificativa para a prisão, que poderia ter tido outra motivação. Como no período o Uruguai encontrava-se, assim como o Brasil, em um regime militar ditatorial, há a possibilidade de que na verdade o profissional poderia ter sido detido por ser a favor da democracia, possibilidade endossada pelo comentário seguinte ao trecho entre aspas, feito por Cunha: “Ninguém entendeu”. Ou seja, para os profissionais do meio jornalístico, a acusação de “atos de espionagem” não faz sentido. Reforçando a tese de que provavelmente a acusação oficial seria apenas um pretexto para a prisão, Cunha afirma a seguir: “Além do mais, os militares da Banda Oriental não se dignaram a dar maiores esclarecimentos, apesar da onda mundial que se ergueu em protesto pela prisão”². A expressão “Além do mais” reforça a ideia de que a prisão não faz sentido. Significa que além de ninguém entender sua prisão e a acusação, “os militares [...] não se dignaram a dar maiores esclarecimentos”. Apesar dos protestos e de ninguém ter compreendido o motivo da prisão, os militares uruguaio não informam nada, deixando ainda mais dúvidas sobre a motivação da prisão.

Após contextualizar o caso, o autor da *Perdão, leitores* passa a analisar o

² Banda Oriental refere-se ao Uruguai, que durante as batalhas pela independência na América do Sul, no início do século XIX, era conhecido como Banda Oriental del Uruguay (faixa ao leste do rio Uruguay).

tratamento dado pela imprensa ao chamado “caso Tavares”, com a expressão grafada desta forma, entre aspas. Nesse caso, pode-se concluir que não há conotação irônica, não se trata de uma citação nem de uma gíria (casos em que comumente usa-se esse recurso). As aspas foram utilizadas apenas para mostrar como a prisão está sendo tratada: como “um caso”. Ainda hoje essa designação é utilizada com frequência em situações em que o desenrolar dos fatos é acompanhado pelos meios de comunicação (como exemplo, pode-se citar o “caso Mensalão” e o “caso Isabela”).

Cunha avalia que “só o Diário de Notícias e a Zero Hora continuam noticiando o 'caso Tavares' com a importância que merece a prisão de um jornalista brasileiro e gaúcho no exterior”. Aqui, portanto, não se observa traços de crítica aos regimes militares. Isso porque pela conotação da frase, entende-se que o fato merece destaque não pelo fato de provavelmente ter sido um ato de arbítrio de um governo ditatorial, mas sim porque a vítima era jornalista, brasileiro e gaúcho. A seguir, porém, Cunha trata de uma possível autocensura executada pela diretoria dos veículos do grupo de comunicação Caldas Júnior. Diz o texto: “Na Caldas Júnior, os três jornais da empresa (Correio do Povo, Folha da Tarde e Folha da Manhã) foram advertidos pela direção que o citado jornalista não era 'amigo da casa' e o noticiário, portanto, deveria ser o mais discreto possível”. Como o jornalista foi banido do país provavelmente por motivos políticos e a direção afirmou que ele não era “amigo da casa” (grafado desta maneira, entre aspas), conclui-se que suas posturas eram diferentes, talvez opostas. A Caldas Júnior, então, ao classificar Tavares como não amigo da casa e ao orientar seus jornalistas a tratar o caso com um noticiário “o mais discreto possível” mostra-se se não alinhada, pelo menos conivente com o regime militar, considerando-se que Tavares era provavelmente contrário ao regime militar, tanto que foi banido do país. Ao executar esta autocensura dentro dos veículos do grupo, fica claro que a direção não gostaria de dar “publicidade” a um banido do país por “motivos políticos”.

A grafia da expressão “amigo da casa” merece atenção especial. Identificam-se duas prováveis interpretações para o uso das aspas. O trecho tanto pode ser uma citação quanto um elemento de ironia. Citação porque o jornalista utiliza a expressão ao falar sobre a orientação que teria sido dada pela direção da empresa sobre a cobertura do caso (“os três jornais da empresa [...] foram advertidos pela direção que o citado jornalista

não era 'amigo da casa’”). Entretanto, por não citar claramente de onde a possível citação teria sido pinçada (o jornalista fala em “foram advertidos”, mas não refere se através de um documento ou verbalmente) nem se foi exatamente este o termo utilizado, pode-se concluir que a expressão “amigo da casa” foi grafada desta maneira a fim de insinuar que o jornalista não compartilhava das mesmas opiniões que o grupo de comunicações defende, conforme dito anteriormente. Ou seja, mais uma vez as aspas sinalizam uma conotação de ironia.

Como consequência da postura que deveria ser adotada, conforme orientação da direção da Caldas Júnior, Cunha afirma que os jornais passaram “a editar algumas linhas dos telegramas (poucos) enviados pelas agências internacionais, silenciando sobre qualquer movimentação pró-Tavares dentro do Brasil”. Mais uma vez fica claro que a Caldas Júnior não pretende dar destaque ao caso de um jornalista contrário ao regime militar, posição reforçada pelo trecho que segue: “Os protestos dos sindicatos dos jornalistas gaúchos e paulistas, assim como as declarações da mãe e do primo de Tavares, residentes em Porto Alegre, só foram noticiadas pela Caldas Júnior quando [...] voltaram pelos teletipos das agências”. Ou seja, o grupo de comunicação sequer produziu notícias próprias; apenas utilizou as poucas matérias enviadas pelas agências de notícias.

Perdão, leitores: uma coluna política

A hipótese norteadora do trabalho, de que Luiz Cláudio Cunha utilizava a crítica à atuação da imprensa para realizar crítica política, foi confirmada pelo jornalista (CUNHA, 2009) e pela análise dos textos, que revelou como questões de cunho político e econômico eram inseridas na coluna *Perdão, leitores*. Verificou-se que a seção serviu, mais do que como um meio de avaliar a atuação da imprensa, como uma alternativa encontrada pelo *Coojournal* para opinar e tecer críticas sobre o governo brasileiro de forma indireta.

Nos textos analisados foi possível identificar claramente a postura oposicionista da publicação, bem como as críticas a medidas adotadas pelo governo e um assunto recorrente: a desaprovação à censura. Com os resultados da análise, pôde-se observar que a coluna analisada servia como um meio de o periódico mostrar aos leitores qual era

a sua postura com relação à realidade brasileira no período. Através dos textos desta seção é possível comprovar que, assim como os demais veículos alternativos, o *Coojournal* era a favor da volta da democracia e demonstrava isso abordando assuntos relativos ao governo sob o ângulo do tratamento dado pela mídia aos acontecimentos, bem como tratando (e criticando) a postura alinhada com o regime militar demonstrada por alguns veículos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

CHINEM, Rivaldo. *Imprensa Alternativa: Jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995.

CHINEM, Rivaldo. *Jornalismo de Guerrilha: a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet*. São Paulo: Disal, 2004.

COSTA, Elmar Bones da. *Nota do editor. Coojournal*, Porto Alegre, out. 1976. p. 2.

CUNHA, Luiz Claudio. *O Coojournal e a coluna Perdão, leitores*. Entrevistadora: R. Ellwanger, 2009. Mensagem recebida por <rozanae@gmail.com> em 26 abril 2009.

HEINZELMANN, Letícia Turcato. *Coojournal: Jornalismo alternativo, estrutura de grande imprensa*. 2005. 80 p. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Faculdade de Comunicação Social – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

JORGE, Fernando. *Cale a boca, jornalista!* Petrópolis: Editora Vozes, 1987, 4ª ed.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Página Aberta, 1991.

MACHADO, José Antonio Pinheiro. *Opinião x Censura: Momentos de luta de um jornal pela liberdade*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1978.

MANSAN, Jaime Valim. *Imprensa contra-hegemônica: o caso do Coojournal (1976-*

1983). In: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008, Londrina/PR. Anais do III Simpósio, 2008. Disponível em: <<http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirogepal/jaime.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2009.

MARTINS, Franklin. *Jornalismo Político*. São Paulo: Contexto, 2005.

MENDES, Jairo Faria. *O ombudsman e o leitor*. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2002.

MOTTER, Maria Lourdes. *Ficção e História: Imprensa e Construção da Realidade*. São Paulo: Arte & Ciência, 2001

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001, 3ª ed.

ROSA, Susel Oliveira da. “Apesar de vocês amanhã vai ser outro dia”: Imprensa alternativa versus ditadura militar em Porto Alegre. *Nau Literária*, Porto Alegre, vol. 01 n. 01, jul/dez 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/viewFile/4850/2768>>. Acesso em: 15 abril 2009.

ROSA, Susel Oliveira. “...Choram Marias e Clarices no solo do Brasil...”: Coojornal, o sonho de fazer um “jornal de jornalistas”. In: _____ *Exemplar, Pato Macho e Coojornal: trajetórias alternativas*. 2002. 177 f. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em História – Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/view/4850/2768>>. Acesso em: 25 abril 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, 4ª ed.

STRELOW, Aline do Amaral Garcia. *Jornalismo alternativo no Rio Grande do Sul. Revista PJ:Br Jornalismo Brasileiro*, São Paulo, Edição 05, 2005. Disponível em: http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/ensaios5_d.htm. Acesso em: 15 abril 2009.